



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO

LEI MUNICIPAL N° 1.209, DE 27 DE JUNHO DE 1993.

Cria o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e dá outras providências.

ALVORINDO POLO, Prefeito Municipal de Santo Augusto,
Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão deliberativo, de caráter permanente em âmbito municipal.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas da Legislação Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - definir as prioridades da política de assistência social;
II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;

III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social;

IV - atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de assistência social;

V - propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;

VI - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência social prestados à população, pelas órgãos, entidades públicas e privadas do município;

VII - definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos no âmbito municipal;

VIII - definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;

IX - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO

- X - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- XI - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participação da assistência social;
- XII - convocar ordinariamente a cada dois(2) anos ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação à assistência e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;
- XIII - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 3º - O CMAS terá a seguinte composição:

- I - Do governo municipal:
 - a) representante da Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social;
 - b) representante da Secretaria de Educação;
 - c) representante da Secretaria de Saúde;
 - d) representante da Secretaria de Finanças;
 - e) representante da Secretaria de Agricultura;
 - f) representante da esfera estadual: Brigada Militar.
 - II - Dos prestadores de serviços:
 - a) representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;
 - b) representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;
 - c) representante dos Clubes de Serviço.
 - III - Dos usuários:
 - a) representante dos bairros;
 - b) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
 - c) representante dos CPMs do município.
- § 1º - Cada titular do Conselho Municipal de Assistência Social terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.
- § 2º - Somente será admitida a participação no Conselho Municipal de Assistência Social, de entidade juridicamente constituída e em regular funcionamento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO

do CMAS.

Art. 8º - Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá se
correr a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradores do CMAS, as instituições fog-
madoras de recursos humanos para a assistência social e as entida-
des representativas de profissionais e usuários dos serviços de
assistência social com embaraço da condição de membro;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notá-
ria especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos;

III - poderá ser criadas comissões internas, constituídas por
entidades-membros do CMAS e outras instituições, para promover es-
tudos e emitir pareceres e respeito de temas específicos.

Art. 9º - Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de
amplo divulgação.

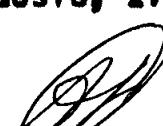
Parágrafo Único - As resoluções do CMAS, bem como os temas trate-
dos em plenário de diretoria e comissões, serão objetos de ampla e
sistêmica divulgação.

Art. 10 - O CMAS elaborará seu Regimento Interno no prazo de sessen-
ta(60) dias após a promulgação da lei.

Art. 11 - Fica o prefeito municipal autorizado a abrir Crédito Espe-
cial no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para promover as despesas com a instalação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, re-
vogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO, 27 de junho
de 1995.


ALVORINO POLO
Prefeito

Registre-se e publique-se.


JOSE AUGUSTO FONTOURA
Secretário de Administração